



URBANIZAÇÃO BRASILEIRA, FINANCEIRIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E O TURISMO LITORÂNEO EM MACEIÓ (AL)

Regís Lima da Silva ¹

RESUMO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento e ainda em fase inicial. Trata-se, pois, de uma pesquisa exploratória e bibliográfica que objetiva compreender desde o processo de urbanização brasileira até as perspectivas atuais que envolvem o turismo, a financeirização do espaço e os diversos processos de vilegiatura, recreação, lazer, entre outros, que permeiam os espaços turístico-litorâneos em Maceió. Para tanto, o caminho metodológico seguido ocorreu através da análise bibliográfica em artigos de periódicos científicos, livros, teses e dissertações que versam sobre a temática. Assim, percebeu-se que os novos usos do espaço urbano e as questões sociais, acompanham o processo de urbanização brasileira. Foi possível concluir ainda que as dinâmicas socioespaciais, diferente de outrora, em que o recebimento do salário ditava o poder de compra, atualmente, depende do limite de crédito que possui. Influenciando diretamente na (re)produção dos espaços turístico-litorâneos em Maceió (AL).

Palavras-chave: Urbanização Brasileira; Turismo; financeirização do espaço, Zona Costeira; Maceió.

RESUMEN

Este trabajo es parte de una investigación en curso y aún se encuentra en su fase inicial. Se trata, por tanto, de una investigación exploratoria y bibliográfica que pretende comprender desde el proceso de urbanización brasileño hasta las perspectivas actuales que involucran el turismo, la financiarización del espacio y los diversos procesos de vacaciones, recreación, ocio, entre otros, que permean el sector turístico-costero. espacios en Maceió. Para ello, el camino metodológico seguido se dio a través del análisis bibliográfico de artículos de revistas científicas, libros, tesis y disertaciones que abordan el tema. Así, se comprendió que los nuevos usos del espacio urbano y las cuestiones sociales acompañan el proceso de urbanización brasileño. También se pudo concluir que la dinámica socioespacial, a diferencia del pasado, en la que recibir un salario dictaba el poder adquisitivo, actualmente depende del límite de crédito que se tenga. Influyendo directamente en la (re)producción de espacios turísticos costeros en Maceió (AL).

Palabras clave: Urbanización Brasileña; Turismo; financiarización del espacio, Zona Costera; Maceió.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico, enquanto objeto de estudo da Geografia, se torna central em estudos que envolva esses três elementos: o espaço físico natural, os seres humanos e a sua

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – GEOCERES/UFRN. E-mail: regis.geo20@gmail.com.



forma de organização social; seja em tempos passados, seja na atualidade, terá sempre as relações socioespaciais como ligação, somadas aos traços/heranças culturais.

Para (SANTOS, 2006, p. 159) “os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação”. Tal reflexão foi elaborada com análises da realidade anterior a 1996, ano de publicação da primeira edição. Seguiu, ainda, afirmando que, “quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, ...estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2006, p. 159). Seguindo a linha de raciocínio em Milton Santos, é comum o território usado associado ao espaço em que ocorre as relações sociais.

O processo de urbanização no Brasil teve os primeiros povoamentos com “a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a então chamada Filipeia da Paraíba, em 1585, seguidas de outras diversas vilas, inclusive as primeiras na costa norte, em direção a Amazônia. Entre 1650 e 1720 várias outras vilas foram criadas, dentre elas Olinda e São Paulo”, conforme analisado por (SANTOS, 1993, p.18). Esses primeiros centros urbanos, localizados no litoral, atraiu muitos trabalhadores que migraram do interior do país para essas cidades-portuárias e demais centros urbanos, fazendo com que fosse reduzido o antigo laço orgânico que unia a produção agrícola e a atividade manufatureira a um único lócus espacial, provocando a separação cidade-campo, conforme escreveu Guimarães 2016 (p. 15).

Em 1938, Pierre Deffontaines publicou “The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns” e “L’Origine et Croissance du Réseau des Villes Brésiliennes”. A versão traduzida para o português foi feita em 1944, por Orlando Valverde e revisada por Roberto Lobato Corrêa para revista Cidades. Abordou o rápido avanço da dinâmica urbana em apenas três séculos, que passou de um território sem nenhuma cidade para os milhares de agrupamentos urbanos, classificados a partir das características de suas formações.

Não era uma coisa física, mas sim uma relação social de valorização do valor, conforme escreveu (SANTOS 2017, p. 148) que intensificou o poder de compra, a financeirização do acesso ao crédito, modificando totalmente as formas de uso e transformação dos espaços. Ou seja, novos acessos, novos usos do território, como a aquisição da moradia, o parcelamento de bens e serviços, em geral, também ganhou notoriedade. Estava em cena, pois, um novo sistema, que permitiu o financiamento da compra e venda, do acesso aos cartões de crédito,



influenciando diretamente os diversos setores da economia; serviços, turismo, lazer, crédito imobiliário, financiamento de capital de giro para aberturas de novas empresas, dentre outros, passaram a figurar no cenário social e econômico.

No Brasil, o turismo doméstico possui maior expressividade que o turismo internacional. Segundo (COZIC; TAUNAY, 2021, p. 52) “o turismo doméstico se expressa principalmente pela mobilidade e proximidade..., as distâncias desempenham um papel predominante nos fluxos, ...em grande parte das regiões Sudeste e Sul”. Em suma, esse turismo está associado ao turismo litorâneo, as cidades localizadas na extensa faixa costeira.

Diferentemente de outrora, quando a classe trabalhadora-assalariada figurava aos moldes do capital industrial, o capital financeiro, atualmente, faz destacar a influência do crédito. A influência do capital financeiro deu autonomia e poder de compra, ao liberar crédito as pessoas que passaram a usar cada vez mais esses espaços à beira-mar, custeando o acesso por meio do parcelamento/financiamento em cartões de crédito.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica para um trabalho maior sobre o capital financeiro na produção do espaço litorâneo brasileiro a luz dos empreendimentos turístico-imobiliários. Nesse sentido, compreende um olhar inicial, sobretudo, a cerca do processo de urbanização brasileira, a financeirização dos espaços urbanos e o turismo litorâneo em Maceió.

Nesse sentido, compreendeu esforços na leitura e interpretação de artigos científicos, dissertação, teses e livros que tratam dos assuntos relacionados a urbanização brasileira, turismo litorâneo, financeirização do espaço, o capital financeiro, dentre outros. Foi possível, ainda, coletar dados, junto ao site do Banco Central do Brasil, sobre o quantitativo de cartões de crédito emitidos e ativados entre os anos de 2012 e 2022. Esses dados foram organizados em gráfico e analisados a partir de uma comparação com o gráfico do quantitativo da população economicamente ativa.

Além disso, tal levantamento faz uma crítica a Lei Nº 5.354, de 16 de janeiro de 2004, que institui o código de edificações e urbanismo do município de Maceió e dá outras providências. Aponta o fato de mesmo no ano da implantação da referida lei municipal, já se tinha diversos impactos ambientais, econômicos e sociais advindos das construções de



territórios urbanos nas extremidades da zona costeira maceioense, porém, não se percebe esforço para diminuir tais problemas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quando analisamos as dinâmicas que permeiam a produção do espaço litorâneo no Brasil, é fundamental as leituras que permeiam o processo de urbanização em nosso país, as atuais dinâmicas do modo capitalista de produção, que dispões da financeirização do espaço provocada pelo mercado financeiro, turístico, imobiliário, dentre outros.

A atração pela “casa própria” (veraneio ou vilegiatura), a intensificação do turismo local, regional e internacional, os investimentos público e privado na infraestrutura, o capital financeiro e investimentos turístico-imobiliário permite ressignificar dinâmicas do passado e provocar novas realidades no espaço litorâneo brasileiro. Os investimentos nos megaprojetos da construção civil ligados ao lazer, turismo e habitação, vêm sendo intensificados ao longo dos últimos anos. Assim, as diversas dinâmicas sociais, ambientais e econômicas no cenário nacional são refletidas no litoral maceioense - recorte espacial deste trabalho.

Sobre a relação/influência da urbanização brasileira com o processo de financeirização e produção dos espaços turístico-litorâneos é possível reportada as primeiras formações de aglomerados urbanos. Conforme apontou (SANTOS, 1993, p.18), o processo de urbanização no Brasil teve os primeiros povoamentos com “a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a então chamada Filipeia da Paraíba, em 1585, seguidas de outras diversas vilas, inclusive as primeiras na costa norte, em direção a Amazônia. Entre 1650 e 1720 várias outras vilas foram criadas, dentre elas Olinda e São Paulo”. Tal realidade foi possível por conta do processo de formação do nosso território, com a colonização europeia pelo vasto litoral do atual território brasileiro e a formação dos primeiros agrupamentos humanos na zona costeira.

É possível identificar diversas características ao longo das décadas nas abordagens em (LEME, 1999). De 1895 a 1930, por exemplo, características como o planejamento e melhoramento das cidades – com a geração de profissionais formados em curso de engenharias em escolas militares, a elaboração de projetos urbanísticos para áreas centrais e a construção de ferrovias, obras de infraestrutura: saneamento, sistema viário, etc. Foi possível, entretanto, tratar a questão da circulação, haja vista a necessidade de melhoramento das estruturas herdadas do período colonial – adequação e instalação do bonde; a reforma e ampliação de portos, em cidades litorâneas.



Ainda segundo abordagens de (LEME, 1999), até a década de 1950, foi elaborado planos de conexão entre os bairros, o centro e a extensão das cidades, o planejamento de vias e avenidas demais planos de infraestrutura para as principais cidades do país. Até a década de 1964, o planejamento regional ganhou destaque com o notório processo de migração campo-cidade e os primeiros casos de conurbação, em que o crescimento de duas cidades, fez com que os espaços urbanos dessas cidades se encontrem. Com tudo isso, as prefeituras das maiores cidade passam a ter departamentos de urbanismo. Para Guimarães (2016, p. 16) “as décadas de 1950 e 1960 podem ser vistas como um período de acelerada concentração fundiária e de violenta demanda de industrialização promovidas pelos governos de cunho desenvolvimentista de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek”.

Ao analisar a urbanização brasileira Maricato (2000, p, 23) pontua as seguintes características; com o Banco Nacional da Habitação integrado ao Sistema Financeiro da Habitação, criados pelo regime militar a partir de 1964, as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. Com isso, a destinação de recursos financeiros para o mercado habitacional fez alterar o perfil das grandes cidades que passaram por um processo de verticalização, promovida pelos edifícios de apartamentos. Além disso, entretanto, o financiamento imobiliário não impulsionou a democratização do acesso à terra por meio da instituição da função social da propriedade.

Até os anos de 1970, “enquanto o crescimento econômico se manteve alto, o modelo “funcionou” criando uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento, entre outros” (MARICATO, 2000, p, 23). Ainda segundo a autora citada anteriormente, as décadas seguintes são consideradas “décadas perdidas”, por conta da recessão que se seguiu nos anos 80 e 90 - quando as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB, ocasionou um PIB negativo na década de 80.

Com o destaque da população urbana dos maiores centros urbanos do país e, sabendo que a maior parcela desses centros se localiza nas proximidades do litoral brasileiro, torna-se atraente os olhares para as dinâmicas da urbanização litorânea. Há, portanto uma valorização desse espaço litorâneo em todo território brasileiro. Conforme abordou (DANTAS, 2009, p. 23) a influência europeia chegou ao Brasil, penetrou as praias do Rio de Janeiro por volta de 1892, com a construção de um túnel ligando Botafogo a Copacabana e associação das práticas marítimas aos tratamentos de doenças respiratórias. Em face das práticas terapêuticas ocidentais



ou recreação e lazer das elites europeias e estadunidenses (DANTAS, 2009, p. 25 – 37) ou com o efeito da praia se tornar atraente à moradia e do turismo litorâneo associado aos banhos de sol, a vilegiatura marítima, que coloca em destaque a essência das cidades litorâneas transformadas em marítimas, no final do século XX e início do século XXI, conforme abordou (DANTAS, 2009, p. 43 – 50). O referido autor apontou ainda que, a partir de 1904 ganhou-se destaque a prática do veraneio, houve intensificação da vilegiatura na capital pernambucana, com a incorporação da Praia de Boa Viagem a Recife e em Fortaleza (CE), com a valorização da Praia de Iracema. Dinâmica essas que ganha notoriedade nos centros urbanos em processo de crescimento e com enorme potencial turístico-imobiliário, como no caso da capital alagoana.

Somado a isso, algumas literaturas (KASPARY, 2019); (COSTA, 2015); (MEDEIROS, 2013); (SOBRINO, 2011), entre outros, apontam para a lógica do capital financeiro como responsáveis pelos novos usos do território urbanos, como no caso de Maceió (AL) por meio de processos urbanos desiguais e combinados, promotores de impactos ambientais, econômicos e sociais, mas, sobretudo, extremamente atraentes ao turismo desenvolvido na faixa litorânea.

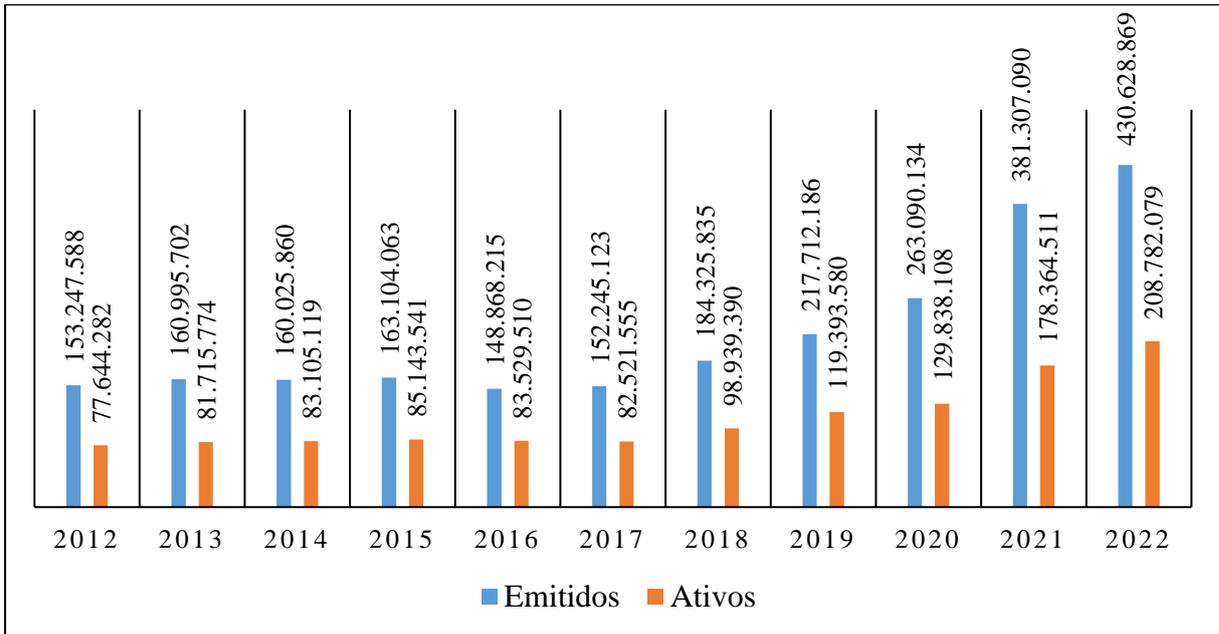
A Lei Nº 5.354, de 16 de janeiro de 2004, que institui o código de edificações e urbanismo do município de Maceió e dá outras providências, por exemplo, faz apenas uma delimitação das localizações e cita a fronteira desses espaços passíveis de alteração e construção no “Art. 143 – Os limites das zonas encontram-se assim definidos... ZE-1 – A Zona Especial 1, ZCCS – Zona Central de Comercio e Serviços, ZECS – Zona especial de Comercio e Serviços” (MACEIÓ, 2004, p. 29 - 33), fica apenas subentendido ou não é expressamente apontado as normativas para trato da faixa litorânea que mesmo no ano da implantação da referida lei municipal, já se tinha diversos impactos ambientais, econômicos e sociais advindos das construções de territórios urbanos nas extremidades da zona costeira maceioense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o momento inicial da pesquisa, é possível perceber que as dinâmicas socioespaciais, cada vez mais, estão conectadas a financeirização do uso do espaço geográfico, diferente de outrora, em que o recebimento do salário, ditava o poder de compra do indivíduo, atualmente, esse poder de compra não mais é dependente do ter dinheiro, mas sim do possuir crédito.



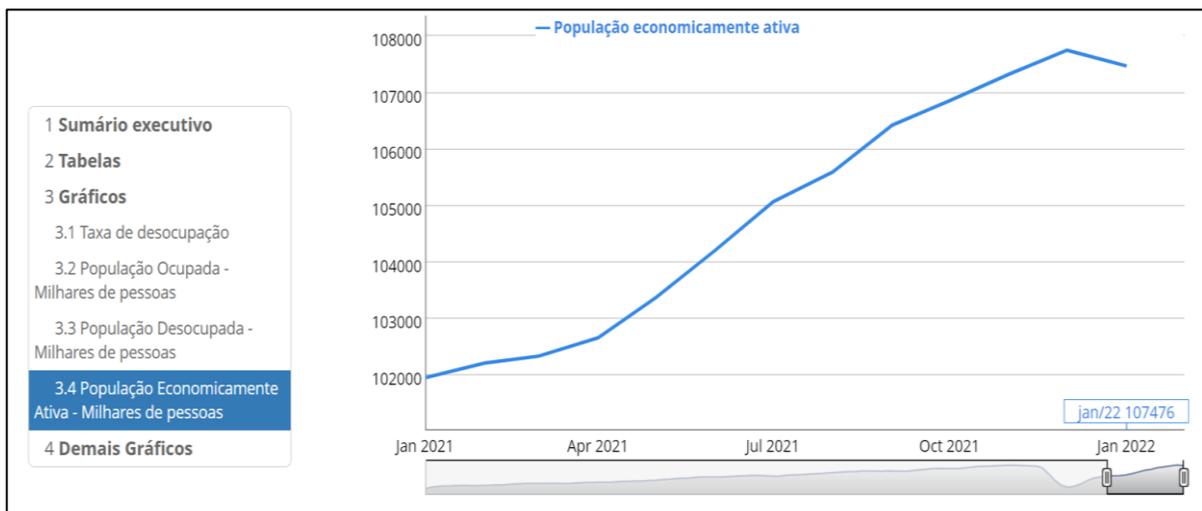
Gráfico 1: Quantitativo de Cartões de Crédito no Brasil



Fonte: Banco Central

O gráfico 1 chama bastante atenção pelo quantitativo de cartões que foram emitidos nos últimos anos. Desde 2019, entretanto, é perceptível tal crescimento dessas emissões, o que pode ser justificado pelo aumento no número de bancos digitais e as facilidades nas disponibilizações desses cartões. Pela diferença entre o quantitativo de cartões emitidos e o quantitativo de cartões que foram ativados, nota-se um enorme interesse dos bancos em facilitar o acesso a linha de crédito, independente dos problemas futuros como a inadimplência.

Gráfico 2: População economicamente ativa – milhares de pessoas



Fonte: IBGE, 2022.



Quando analisados os gráficos 1 e 2, é possível compreender que os números não batem.

No gráfico 1, têm-se, por exemplo, o quantitativo de quase 209 milhões de cartões de crédito ativos, no ano de 2022. Nesse mesmo ano, entretanto, conforme mostrado no gráfico 2, apenas pouco mais da metade desse quantitativo, é o número de pessoas economicamente ativa.

Os parcelamentos, acrescidos de juros, permitem uma maior lucratividade aos agentes turístico e, conseqüentemente, uma maior estruturação de espaços equipados para o lazer (Praça Multieventos, na Pajuçara, academia de ginástica na praia da Jatiúca, Marco dos Corais - uma espécie de praça construída sobre o oceano -, na orla de Ponta Verde, dentre outros). A faixa litorânea passou ainda, a ser desejada pela especulação imobiliária, vilegiatura, condomínios de luxo ou casas de veraneio, passaram a ser atraente juntamente com a instalação de praças, espaços públicos e infraestruturas diversas à beira-mar.

Figura 1: Vista aérea das orlas de Pajuçara e Ponta Verde, Maceió - AL.



Foto: Andy Spinelli, 2023.

Esses espaços urbanos, conforme mostrado na figura 1, sejam eles promovidos pelo poder público ou iniciativa privado, são cada vez mais instalados na zona costeira de Maceió e representa uma dinâmica nacional que vem movimentando tanto agentes turístico-imobiliário como o poder público e a sociedade, atraída pelos atrativos serviços e usos desses espaços litorâneos. O poder de compra, dada a linha de crédito ofertada pelas linhas de crédito permito



o uso do espaço a partir do acesso ao crédito e parcelamento do pagamento desse consumo, de forma parcelada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos processos de vilegiatura, recreação, lazer, entre outros, permeiam os novos usos do espaço urbano e as questões sociais, diretamente ligados ao processo de urbanização brasileira. O atual estágio da globalização por meio da financeirização, do poder de compra e linha de crédito, tem, além de promover a produção dos espaços turístico-litorâneos em Maceió, vêm também, ressignificado os usos atuais desses espaços urbanos

Cabe, pois, com a continuação da pesquisa, afeiçoar-se a outras realidades como por exemplo a dinâmica da multipropriedade, os investimentos em megaprojetos e empreendimento turístico-imobiliário, identificar quem são os agentes responsáveis por tais atuação e as formas de captação de verbas e investimentos.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Carlos Rerisson da. **O litoral do Maranhão, entre segredos e descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil**. Tese de doutorado em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (SP). 2015;
- COZIC, Bertrand; TAUNAY, Benjamin. A recomposição da Região Nordeste do Brasil à luz do desenvolvimento turístico. In PEREIRA. Alexandre Queiroz; DANTAS. Eustógio Wanderley Correia. **Espacialidades Turísticas: do regional ao global**. 1. edição - Rio de Janeiro. Editora Letra Capital, 2021;
- DANTAS. Eustógio Wandelely Correia. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Edições UFC. Coleção estudos geográficos. Fortaleza (CE). 2009;
- GUIMARÃES. Leandro da Silva. **O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais**. GeoTextos, vol. 12, n. 1, julho 2016
- KASPARY. Manuela Grace de Almeida Rocha. **Estudo das transformações socioespaciais de lugares turísticos da Costa dos Corais, Alagoas, e da costa Brava, Catalunha**. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió (AL). 2021;
- LEME. Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil 1895 – 1965**. São Paulo – Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.



MEDEIROS, Dhiego Antônio de. **Financeirização do território e circuito da economia**

urbana: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas.

Dissertação de mestrado em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (SP). 2013;

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado - metrópoles brasileiras.** São Paulo em perspectiva, 2000.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** Editora HUCITEC. São Paulo, 1993;

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2.

Reimpressão. Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SANTOS, Thiago Sardinha. **O capital financeiro na produção do espaço urbano e a questão da segurança pública: o caso de Porto Maravilha, Rio de Janeiro.** Revista

Continents (UFRRJ), ano 6, n. 10. Rio de Janeiro, 2017;

SOBRINHO, Lirandina Gomes. **Luzes e sombras no litoral Norte da Bahia: os efeitos territoriais, socioambientais e económicos da implantação das redes hoteleiras**

espanholas e portuguesas. Tese de Doutorado em Geografia – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão (SE). 2011;